

O USO DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O CASO DO PÓLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI.

Maria da Conceição Borges Andrade
Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Resumo: Este artigo discute as dinâmicas e as lógicas presentes nas mudanças sócio-espaciais ocorridas nos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila em decorrência dos processos de atualização tecnológica e da diversificação industrial ocorridas na última década no seu parque industrial, configurando o Pólo Industrial de Camaçari que está comemorando 30 anos. A adesão de novos segmentos industriais e as inovações tecnológicas reestruturaram o mercado de trabalho e a organização espacial provocando mudanças na dinâmica sócio-econômica regional. Para entender a atual configuração territorial dos municípios, resgata-se a sua evolução histórica, desde meados do século XX, quando essa área tornou-se cenário importante para o processo de industrialização. Para entender a dinâmica da redefinição dos lugares mediante a ação promovida pelas empresas procurou-se identificar os diversos usos do território e as repercussões sociais, econômicas, territoriais e ambientais decorrentes de tais mudanças. A análise das práticas de alguns agentes demanda a compreensão das redes espaciais; das horizontalidades e verticalidades. Nesta reflexão, procura-se desvendar as articulações dos referidos municípios no processo de globalização e inventariar as repercussões originadas por suas diversas redes.

Palavras-chave: território usado, industrialização, verticalidade, horizontalidade.

1. Introdução

Na última década a Região Metropolitana de Salvador (RMS) atraiu investimentos que culminaram na diversificação do seu parque industrial constituindo o Pólo Industrial de Camaçari (PIC), cujo teor de inovações tecnológicas reestruturou o mercado de trabalho e o território alterando a dinâmica sócio-econômica dos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila (BA) que sediam os seus territórios o PIC, influenciando outros espaços do território baiano.

Este artigo tem como alvo desvendar a articulação dos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila no processo de globalização e inventariar as repercussões econômicas, sociais-espaciais originadas pelas redes corporativas que obedecem à lógica da especialização flexível.

Os procedimentos metodológicos contemplam revisão bibliográfica, pesquisa documental, trabalho de campo, análise dos dados e elaboração de síntese. Assume-se o pressuposto de que os aportes tecnológicos inerentes ao PIC resultam em alterações sociais, econômicas e territoriais.

O texto divide-se em cinco seções, além desta. Na próxima proceder-se-á revisão teórica baseada nas categorias “espaço geográfico” e “território usado”. A seguinte seção analisa o processo de industrialização baiana mediante a periodização das transformações ocorridas na área objeto e identificam-se os diversos usos do território e as repercussões sociais, econômicas, territoriais e ambientais decorrentes da instalação de novos segmentos industriais nos municípios em questão. A quarta parte refere-se ao processo de fragmentação e a quinta seção identifica as principais alterações socioespaciais ocorridas os municípios de

Camaçari e Dias d'Ávila nas últimas quatro décadas Assim as alterações socioespaciais ocorridas os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila nas últimas quatro décadas, divididas em dois períodos. A última seção apresenta as considerações finais.

2. Referencial teórico-conceitual

O espaço geográfico reflete o “equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um momento dado na histórica do espaço”. (SANTOS, 1985: p.29). Expressão da produção material do homem como resultado do seu trabalho social, o espaço geográfico, evidencia as características da sociedade que o criou. Logo, há uma reciprocidade: as ações humanas organizam o espaço e ao mesmo tempo são condicionadas por ele (CORRÊA, 1986).

O espaço geográfico é a “materialidade do processo de trabalho, a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta” (MOREIRA 1985).

Trata-se da superposição sobre uma rede formada pelo espaço natural, por uma outra constituída por linhas de relações terrestres, marítimas e aéreas cujos pontos de encontro e de irradiação ressaltam a significância das cidades estruturando o espaço geográfico (SORRÉ, 1961).

O espaço geográfico é constituído por subespaços (empresarial, institucional e público) resultantes das interações entre os fixos – objetos (naturais ou sociais) e os fluxos que se caracterizam pela capacidade proporcionada pelo poder econômico, político e social das firmas, instituições e pessoas para movimentar, distribuir e circular a massa produzida.

O arranjo espacial é o resultado da articulação das forças produtivas. As relações de produção conformam o “arranjo” em direção ao nível de desenvolvimento das forças produtivas do qual decorre o grau de socialização da natureza e na direção da forma de arranjo espacial, sua estrutura e organização (MOREIRA, 1985).

A sociedade exercita sua soberania ao usar o território desenvolvendo ações mediadas pelos sistemas técnicos hegemônicos que fundamentam a vida social e definem os momentos históricos através das formas geográficas e da divisão territorial do trabalho que hierarquizam os lugares (SANTOS, 1980; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Para Raffestin (1993:158, 159):

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder visto que há interação entre atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente, enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. O poder permeia todas as definições de poder, assim como compreender que o território resulta da ação conduzida por um ator.

O poder se manifesta nas relações existenciais e produtivas. Decorrente da interação entre atores cuja forma não é inocente, ao contrário carrega intencionalidades que modificam as relações da sociedade com a natureza.

O espaço antecede o território que se forma a partir do espaço como resultado das ações conduzidas por atores. O território é espaço onde se projeta um trabalho, cuja consequência é a constituição teia de relações de poder.

A abordagem integradora identifica o território com o espaço geográfico, sinônimo de território usado e praticado caracterizado por suas formas de uso, enredando sistema técnico e sistema de ação.

A abordagem crítica vê o território como um campo de forças, uma teia de relações sociais que se projetam no espaço. É todo dinâmico o território revela os problemas nacionais, ao permitir uma visão unificada dos diversos processos sociais, econômicos e políticos, definido e delimitado por e a partir das relações de poder. (SOUZA, 2005)

O território enquanto totalidade evidencia os problemas sócio-espaciais, pois o seu uso e efetuado a partir de lógicas planejadas pelo mercado e comandadas pelas firmas transnacionais e por seus agentes, fato que é agravado pela ampliação do poder político das empresas, mediante a ação do Estado.

Expressando um complexo e dinâmico conjunto de relações sócio-econômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas, o território valoriza suas vantagens comparativas através de formas organizacionais, institucionalmente territorializadas, cuja meta é a sua inserção competitiva e exitosa no mercado global (SILVA, SILVA, COELHO, 2008).

O território condiciona as localizações e ações dos atores e ao mesmo tempo, se submete às regulações políticas e mercadológicas que diferenciam e hierarquizam os espaços de “mandar” e os espaços de “fazer”.

O uso e a organização do território autorizam as ações dos os sistemas políticos e econômicos. O movimento e a estrutura global da sociedade são desvendado pelo o uso que os homens e os agentes econômicos fazem do território ao reorganizarem a produção o que evidencia a disputa entre os diferentes grupos (CATAIA, 2003, p.400).

Enquanto os atores hegemônicos usam o território como recurso ou mercadoria, segundo seus próprios interesses, os atores hegemonzados, usam-no como abrigo para sobreviver nos lugares em constante mutação.

Mediante o uso do território a sociedade permite que supere seus constrangimentos naturais e sociais, desenvolvendo ações conjugadas nos sistemas políticos e econômicos.

O processo de globalização econômica fundamentado no espaço de fluxo organiza o mundo contemporâneo em subespaços que são mais interessantes ao capital por meio das redes que atuando seletivamente, incorporam e modernizam porções do território (SANTOS, 1988).

Para Santos (1998) a horizontalidade e a verticalidade são recortes espaciais indispensáveis para o entendimento do território usado e das estratégias empregadas pelos atores hegemônicos. As verticalidades se contrapõem à lógica do lugar, pois se baseiam na lógica que está associada aos interesses das grandes corporações transnacionais, resultado de uma interdependência hierárquica que é consequência do processo de globalização econômica, fundada no espaço dos fluxos, no domínio da racionalidade. Gerando informações seletivas e privilegiadas, secretas, propriedades das empresas transnacionais, constituem poder. Já a horizontalidade corresponde às atividades e ações que estruturam a vida social, resultando no espaço banal, no espaço da vida, do cotidiano compartilhado por todos, o reino em que todas as expressões de emoções são permitidas e tem como fundamento a contigüidade espacial.

A solidariedade e o interesse comum é horizontal. Enquanto que nas verticalidades, o tempo é único e as horizontalidades caracterizam-se tempos diversos. A horizontalidade e a verticalidade coexistem e se interpenetram, transformando-se, no tempo e no espaço, em função de seus próprios objetivos.

Nos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila as verticalidades atuam como fatores de desagregação, retirando da região a sua própria autonomia. As indústrias do PIC funcionam integrada e solidariamente complementando as ações das empresas em outros pontos do território nacional. A ação vertical controla a produção que se dá em espaços internacional complementares à lógica de uso do território pela empresa. É desta forma que se pode reconhecer que:

Há um controle local da parcela "técnica" da produção e um controle remoto da parcela "política" da produção. Recursos públicos, socialmente constituídos no lugar, financiando projetos privados, na expectativa de que um dia estes sejam capazes de produzir novos recursos para uso social. Assim, o território parece alienar-se, deixa-se levar pelos interesses de agentes estranhos à sua própria natureza e lógica internas, e busca, a partir destes, obter um desenvolvimento que, na maioria das vezes, se reverte em mais problemas de ordem social para o lugar como um todo (PEREIRA, 2006, p.65).

Com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e o Complexo do Cobre, a partir dos anos 1970, inicia-se o crescimento populacional dos referidos municípios que representava uma região agrária pouco desenvolvida, como muitas regiões do Nordeste brasileiro, os mesmos passam a se destacar na economia baiana promovendo uma renovação dos fluxos materiais e imateriais, Camaçari e Dias d'Ávila, aplicam os conceitos território usado revelado por um grupo seletivo de agentes, em determinada circunstância de tempo e espaço. No período atual, destacam-se as grandes empresas como de agentes que (re) funcionalizam os lugares segundo as suas necessidades.

Segundo Santos (1996) outro aspecto da reafirmação do uso do território é a “guerra dos lugares”, que utiliza as especialidades dos municípios ao vender seu território como mercadoria às grandes empresas multinacionais, permitindo assim a ação que oferece e cria vantagens comparativas na busca de atração de capitais evidenciando assim a disputa frenética por mais e mais empresas em detrimento de um projeto local genuíno compartilhado.

O efeito da diversificação e modernização do PIC se impõe como um fato novo, fazendo com que os atores econômico foquem a sua atenção nele, de maneira centralizada assim não conseguem atingir o território de forma igualitária a atender os anseio da população e são presididas por agentes externos e distantes, inserindo no conteúdo do território racionalidades alheias aos interesses dos lugares e da sociedade como um todo. Assim, as grandes empresas, antes de instalar-se, acirram diferentes localidades e empreendem esforços para que, aquele lugar que fora finalmente eleito para a instalação, lhe conceda uma série de incentivos que nada mais são do que recursos disponíveis no território (PEREIRA, 2006).

3. A industrialização baiana e o uso do território

Na segunda metade do século XX a Região Metropolitana de Salvador tornou-se palco da industrialização baiana que se divide em quatro ciclos. O primeiro ocorrido na década de 1950, baseou-se na exploração e refino do petróleo, com a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), no município de São Francisco do Conde e do Terminal Marítimo de Madre de Deus (TEMADRE). A segunda, na década de 1960, caracterizou-se pela implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), caracterizada pela indústria metal-mecânica e pela construção do Porto de Aratu. A terceira, em meados da década de 1970, foi marcado pela implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e do Complexo do Cobre. Fato que evidenciou a suplantação da atividade agro-exportadora pela industrial no território baiano alterando suas bases produtivas tornando-se um produtor de bens intermediários (BAHIA, 1974).

Fruto da política nacional desenvolvimentista destinada à industrialização do país e à correção das distorções inerentes ao desenvolvimento desigual regional, a infraestrutura do COPEC foi planejada para atrair indústrias de transformação e ser o “motor” do desenvolvimento regional, conforme conceito de polo de desenvolvimento proposto por François Perroux.

Finalmente, o quarto ciclo, iniciado em meados da década 1990, caracteriza-se por alterações da estrutura produtiva com produtos de maior valor agregado, e na intensificação

de trocas e movimentos de produtos, que possibilitou uma produção globalizada atendendo a demanda local, regional e mundial. A atração de novos empreendimentos para o seu território, fez com que o estado da Bahia experimentasse um novo ciclo de expansão econômica. Isso resultou da ampliação da RLAM e da implantação, junto ao COPEC, do Pólo Borracheiro (Bridgestone-Firestone, Continental), da Monsanto e do Complexo Automotivo da Ford (CAF).

Com elevados níveis de automação, o CAF baseia-se no projeto de montagem modular seqüenciada.

Contando com 33 empresas sistemistas 27 das suas compartilham área física comum, destinada pelo governo da Bahia, para a instalação da planta, duas empresas localizam-se em Feira de Santana e duas em Dias d'Ávila, e duas, no COPEC. Os sistemistas compartilham o mesmo espaço do prédio que abriga a linha de montagem, enquanto que os sub-fornecedores se localizam no seu entorno.

O condomínio industrial é uma inovação, pois é a primeira vez que a Ford aplica este tipo de organização em funcionamento, caracterizada pelo compartilhamento do espaço da linha de montagens, relacionamento direto entre montadora e fornecedores, trabalho de forma integrada, sendo que os fornecedores entregam seus produtos no local de montagem no momento e na seqüência determinada pela Ford, um autêntico sistema "just-in-time".

As singularidades deste novo ciclo coadunam com a suplantação do modo de acumulação fordista pelo o modo de acumulação flexível que se caracteriza pela: flexibilidade dos equipamentos de produção e dos trabalhadores; tibieza das coações jurídicas que regulam as relações trabalhistas; pela flexibilização dos salários em relação à situação econômica, e flexibilidade fiscal e social (BENKO, 1999).

A emergência deste novo regime de acumulação cria novos espaços que reorganiza o sistema produtivo e repercute na organização do território, pois demanda um sítio favorável à localização das firmas no entorno da planta terminal, o que evidencia a aglomeração industrial e a reorganização do trabalho envolvendo toda a unidade fabril.

Portanto o PIC conta com empresas de diversos segmentos industriais químico, petroquímico, automobilístico, papel e celulose, têxtil, bebida, serviços e metalurgia do cobre. O advento de empresas ligadas ao setor automobilístico (250 mil veículos/ano) consolida a tendência de diversificação, ampliando a integração dos segmentos químico e petroquímico suprimindo metade da demanda nacional e da metalurgia do cobre eletrolítico (220.000 toneladas/ano). Com suas exportações alcançam US\$ 2,0 bilhões/ano (35% das exportações baianas), o PIC contribui com R\$ 700 milhões/ano em ICMS e responde por 90% da arrecadação municipal. Tem uma participação de 30% do PIB baiano e gera 13.000 empregos diretos e 20.000 indiretos (COFIC, 2008).

Tais empresas dispõem de infra-estrutura logística que inclui três modais de transporte, além de um terminal portuário exclusivo. O terminal portuário de Aratu que faz o embarque de grande parte dos produtos e desembarque de matéria-prima, ora em duplicação visa atender a crescente produção das empresas.

A configuração espacial que a Ford utiliza no município de Camaçari é também usada pelas grandes montadoras, constituindo uma estratégia que visa utilizar o máximo possível a terceirização e economizar nos custos gerais e fixos, ao compartilhá-lo com os fornecedores. A Ford comanda a fase final enquanto que 21 fornecedores de autopeças e 4 prestadores de serviços (em manutenção logística e desenvolvimento produto) estão instalados na fábrica. A produção do Novo Fiesta iniciada 2002 e a do EcoSport em 2003 ensejou a contratação de 2.100 novos empregados em agosto de 2004.

O CAF emprega 7.753 funcionários, dos quais 3.372 constam na folha de pagamento da montadora. São 300 engenheiros de diversas áreas, que foram transferidas pela Ford e sistemistas, numa concepção conjunta, de inovações desde peças, componentes e conjuntos,

até inovações no desenho dos modelos. Em 2003 a montadora transferiu para a Bahia seu Centro de Desenvolvimento de Produto, localizado antes em São Paulo Sendo uma planta moderna, e de elevado conteúdo inovativo, o CAF usa robôs em atividades consideradas insalubres e perigosas requerendo elevados níveis de precisão.

O arranjo produtivo revela uma aglomeração na qual a empresa âncora, a Ford, concentra as decisões e exerce uma governança corporativa hierárquica devido ao seu maior peso econômico.

Segundo Oliveira (2006) a atração de novas unidades industriais e a adoção de inovações, estabelecem uma tendência acelerada da atividade econômica. Os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila sediam o Pólo Industrial de Camaçari e são influenciados pelos processos de inovações tecnológicas e atratividade, sofrendo modificações nos hábitos e costumes, ocupação espacial devido ao acelerado ritmo de crescimento demográficos nos últimos anos quando comparados aos demais municípios da RMS, ocasionando um grande fluxo migratório e diversificou o uso do território.

O município de Camaçari é o mais extenso da RMS, localiza-se em uma área (759,8 km²) cujo relevo é relativamente plano com altitudes que não ultrapassam 60 metros. Limita-se ao norte-nordeste com o município de Mata de São João, ao sul com Lauro de Freitas, a sudoeste com Simões Filho, a oeste-norte com Dias d'Ávila e a leste com o Oceano Atlântico. Sua orla marítima conta com 42 km de praias, onde se destacam as localidades de Barra de Pojuca, Jauá, Abrantes, Guarajuba e Arembepe, onde se desenvolvem atividades turísticas e empreendimentos incorporados como segunda residência. O município é drenado pelas bacias hidrográficas do rio Joanes e do rio Jacuípe. Na área do divisor de águas entre as mesmas situa-se o PIC, grande consumidor de recursos hídricos.

O município conta com as bacias hidráulicas Santa Helena, Joanes I e Joanes II. Nesta última há oleodutos pelos quais fluem as matérias-primas fornecidas pela RLAM.

O município conta com as seguintes Unidades de Conservação: o Parque Municipal das Dunas de Abrantes, Áreas de Proteção Ambiental das Lagoas de Guarajuba, do Rio Capivara e do Joanes/Ipitanga.

O Cinturão Verde do COPEC, instituído pelo Decreto Estadual n 22.146/70 conta com 2.707 hectares é um anel de reflorestamento com 10 km de comprimento por 700 m de largura cuja função é conter a expansão urbana em direção a zona industrial.

A implantação de novas indústrias no PIC implicou na requalificação do espaço urbano, notadamente na sede do município e na orla marítima que tende se tornar um “espaço global” devido aos investimentos no turismo. As desigualdades espaciais são evidenciadas pela favelização e empobrecimento da população.

A população estimada do município é de 220.495 habitantes (IBGE, 2007) com uma densidade demográfica de 290,13 hab/km². A taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade em Camaçari, reduziu-se de 20,1% (1991) para 12,4% (2000). A renda per capita do município cresceu 25,1% no período compreendido entre 1991 e 2000.

O IDH-M do município é de 0,73 (2.319^a colocação no ranking nacional), o que representa uma melhora em relação a 1991, quando o IDH-M era de 0,65, sendo que a expectativa de vida é o fator que mais contribui para a mesma (PNUD, 2003). O município apresenta entre 1991 e 2005 um crescimento populacional de 68,8%.

As projeções indicam que a população de Camaçari continuou a crescer, durante o período de 2000-2005 aumentando em 18,6% devido à implantação de novas indústrias que atraíram migrantes.

Os novos investimentos industriais no PIC têm uma estreita conexão com a faixa litorânea de Camaçari, pois dinamizou o turismo de negócio.

Os atrativos, atividades e diferenciais da Costa dos Coqueiros sugerem ênfases no eco turismo, no turismo de lazer, baseado em equipamentos hoteleiros e *resorts* de alto nível e no

turismo de negócios, sustentado pela aglomeração industrial presente na região de Camaçari” (PDITS).

A construção da rodovia BA-099 (Linha Verde), concluída em 1993, e as ações de desenvolvimento institucional nos órgãos de importante papel no turismo (SCT, EMBASA e CRA), são outras ações que trouxeram grande repercussão. Nota-se que as prioridades de intervenção identificadas pelo Estado desde 1991 até 2001 buscaram amenizar os entraves ao desenvolvimento do turismo na região e proteger os recursos existentes.

O eixo Camaçari-Salvador, em pleno desenvolvimento econômico, baseado nos complexos industriais e petroquímicos existentes entre Camaçari e no posicionamento estratégico desta região em relação à cidade de Salvador e ao Porto de Aratu. Devido à crescente demanda turística de negócios os municípios da Costa dos Coqueiros, integraram-se ao processo eletivo de desenvolvimento turístico após a conclusão da Linha Verde, o que facilitou o acesso à ZT permitindo a instalação de empreendimentos hoteleiros de alto padrão e de segundas residências, originando um fluxo turístico de elevado poder aquisitivo interessado nessa oferta. Além disso, a ZT localiza-se nas proximidades do Aeroporto Internacional de Salvador, com o acesso rápido e diversas opções de vôos. São essas características que favorecem a instalação de grandes projetos nacionais e internacionais (BAHIA, 2004).

Os empreendimentos hoteleiros implantados, especialmente os hotéis *resorts*, na Costa dos Coqueiros dispõem de equipamentos destinados à prática de esportes especiais (golfe e do tênis), constituindo um atrativo diferencial que, favorece o incremento do fluxo de lazer e geram demandas de novos segmentos como eventos de competição.

O PIC compõe um cenário crescentemente ameaçado por riscos e agravos sócio-ambientais (explosões, incêndios, vazamentos, escapamentos, tombamentos de cargas; e aqueles relacionados aos processos de trabalho) que extrapolam os limites das empresas e afetam todo o município. Cinco das empresas instaladas no PIC geram resíduos classe 1, isto é, são nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A partir da década de 1970 os avanços tecnológicos dos meios de transporte, a evolução acelerada dos meios de comunicação e o processo de internacionalização do capital aceleraram a fragmentação social que se expressa na fragmentação territorial, os novos investimentos do PIC fizeram com que surgissem vários processos de fragmentação, somados aos que já existiam desde a sua implantação.

4. O processo de fragmentação

No processo civilizatório capitalista a fragmentação territorial interna ao sistema é uma característica e também uma necessidade vital para reprodução do mesmo, pois a organização territorial é moldada crescentemente pela mobilidade, pelos fluxos e pelas redes (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

A continuidade ou a descontinuidade do território refere-se ao seu maior ou menor grau de fragmentação. Os territórios globais fragmentam-se e rearticulam-se por intermédio das redes sociais e técnicas, necessárias à reprodução social, que vinculam os seus diversos segmentos potencializando o poder que é proporcional à conectividade de cada fragmento do espaço (HAESBAERT, 1998).

A fragmentação do espaço urbano é um processo seletivo e excludente ocasionado por ações que são desenvolvidas por um conjunto de diferentes atores (promotores imobiliários, poder público, grandes empresas) em favor do interesse do capital (SILVA, 2001).

A partir da década de 1970 os avanços tecnológicos dos meios de transporte, a evolução acelerada dos meios de comunicação e o processo de internacionalização do capital

foram os fatores que aceleraram a fragmentação social que se expressa na fragmentação urbana (SALGUEIRO, 1998).

A fragmentação do espaço urbano é uma forma de reduzir o convívio entre as diferenças sociais originadas pelo padrão de rendimento. A própria extensão das áreas metropolitanas contribui decisivamente para a formação de enclaves, que é a total ausência de relações com as áreas urbanas circundantes. Condomínios residenciais, empresariais ou industriais, a demarcação de uma determinada área industrial, empreendimentos hoteleiros são exemplos de enclaves.

No capitalismo neoliberal, cabe ao poder público preparar, adaptar e adequar o território aos interesses das empresas transnacionais cujas políticas estão egoisticamente voltadas para a sua inserção no mercado mundial e não se interessam pelo território.

As rivalidades entre as unidades federativas são potencializadas para que as empresas se beneficiem com as isenções fiscais, empréstimos subsidiados e outros benefícios oferecidos pelo governo. Tal fato fortalece o caráter corporativo das cidades, o que se reflete no processo de deslocamento de gastos das áreas sociais de serviços urbanos para a subvenção de empresas hegemônicas.

O desenvolvimento local recorre crescentemente às variáveis exógenas como a estrutura e a força das cadeias produtivas mundializadas para explicar o “desmonte” das redes de cooperação local entre os atores no âmbito de um território.

No período de apenas seis anos, quatro municípios foram criados na RMS a partir da fragmentação de outros. Candeias (1956), Simões Filho (1961), Lauro de Freitas e Vera Cruz (1962). Este período coincide com o início do processo de industrialização baiana situado temporalmente entre a implantação da RLAM e o Complexo Industrial de Aratu. Tal fato sugere que a industrialização é um componente que acelera o processo de fragmentação.

Outro exemplo que corrobora a hipótese é a separação dos núcleos urbanos de Camaçari e Dias d'Ávila ocasionada pela implantação do COPEC. O Plano Diretor (1974) classificava a separação como um dos fatores condicionantes e uma questão complexa uma vez que o enclave estabeleceu uma “separação física” entre os mesmos, “dificultando-lhes a germinação”. Tal fato teve como consequência o movimento emancipatório iniciado em 1982 e que culminou com o desmembramento, a partir de Camaçari, que resultaria na criação do município de Dias d'Ávila em 1985.

O Pólo Industrial de Camaçari com a guerra fiscal materializa um novo surto de crescimento espasmódico que se difunde para outros espaços como a sua orla litorânea. Isso acaba criando diversos enclaves formados pelos empreendimentos estrangeiros, notadamente europeus, atraídos pelas benesses oferecidas pela guerra fiscal e voltados para o segmento de turismo de lazer e negócios.

O artigo 6 da Resolução 2.974/02 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA) que garante o livre acesso de todas as pessoas às praias e proíbe qualquer tipo construção particular, inclusive muros, em faixa de, no mínimo, 60 metros contados a partir da linha de preamar máxima que simplesmente é ignorada, com a aquiescência do poder público, por tais enclaves. Os mesmos demarcam suas “fronteiras” com grandes muros, invadindo praias, destruindo o atrativo paisagístico e visual, cortando o acesso à praia. Exemplo disso, o Saint Sebastian, um empreendimento de capital norueguês, cuja obra (9 mil m²) adentra 30 metros na área de praia. Tal exemplo é seguido por outros condomínios de luxo e *resorts* como o Vila Galés, de capital português, bem como outros condomínios de luxo.

Assim a faixa litorânea em Abrantes e Monte Gordo diferencia-se do resto do território de Camaçari configurando-se em espaço diferenciado e globalizado devido às suas fortes articulações mediadas por redes técnicas e financeiras, com outros países notadamente, os europeus.

Fica claro então, nesta análise o porquê dos recentes movimentos sociais reivindicando o desmembramento e emancipação do distrito de Abrantes, onde existe uma grande concentração de novos empreendimentos imobiliários voltados para o turismo e para residência secundária sob uma lógica comandada exogenamente. A isso se adiciona o fato de se localizar contiguamente ao município de Lauro de Freitas.

A implantação o Complexo Petroquímico e da Caraíba Metais foi um dos fatores que serviram para a apartação deliberada e definitiva dos núcleos urbanos de Camaçari e Dias d'Ávila, impedindo um possível processo de “geminção” dos mesmos. Tal fato contribuiu seguramente para que em 1982 se iniciasse o movimento emancipatório que acabou resultando na separação entre os dois municípios.

O Pólo Industrial de Camaçari constitui um enclave uma vez que sua poligonal funciona como uma fronteira que define a entrada e saída de recursos e os processos decisórios. Tal tendência é agravada pela atualização, em 2006, da Poligonal que ampliou a área do PIC. Atualmente, fala-se de uma nova ampliação da referida poligonal que deve abranger a quase totalidade do território municipal.

Entretanto, as atividades econômicas encontram-se totalmente desvinculadas do cotidiano das pessoas, como evidenciado pela pesquisa de campo na sede do município de Dias d'Ávila. Considerada maior empresa e a sustentadora da economia do Município, a Caraíba Metais é desconhecida pelos munícipes entrevistados que demonstraram um total desconhecimento sobre a mesma: não sabem o que produz, nem onde se localiza. Ou seja, é o caso de um completo alheamento do empreendimento em relação ao cotidiano dos residentes no território.

5. As principais alterações socioespaciais

Assim as alterações socioespaciais ocorridas os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila nas últimas quatro décadas podem ser divididas em dois períodos, como se vê no Quadro 1.

O primeiro período se estende de 1972 a 1995 foi marcado pelo fordismo periférico, pelo centralismo e pelo federalismo regional onde prevaleceram políticas desenvolvimentistas e compensatórias cujo objetivo era reduzir as desigualdades regionais mediante a implantação de atividades produtivas em áreas mais carentes. Para isso lançou-se mão dos incentivos fiscais e dos conceitos de pólos (desenvolvimento e crescimento) e de região. Os órgãos fomentadores de tal política foram a SUDENE e o BNB fundamentados nas teorias locais que enfatizavam as vantagens comparativas. Como consequência a implantação de uma estrutura produtiva que substituiu a agro-exportadora por uma indústria petroquímica fundamentada na elaboração de produtos intermediários.

A segunda fase, ora em curso, iniciou-se no final da década de 1990 já sob o contexto do modelo de acumulação flexível, no período dominado pelo capitalismo de corte neoliberal com a prevalência da “democracia de mercado” e da “guerra fiscal” desencadeada entre unidades federativas e municípios. É o período marcado pela refuncionalização do Estado-nação crescentemente subserviente aos desígnios e estratégias empresariais fundamentadas em vantagens competitivas e construídas. O território figura como categoria mais importante para o entendimento da realidade, pois o poder público procede a uma acelerada e sistemática entrega do território ao privado, o que acirra as distorções socioespaciais. É o período marcado pelas privatizações, pela implantação do Pólo Industrial de Camaçari e pela crescente diferenciação presente no espaço litorâneo que, assim como a zona industrial, tende a formar enclaves crescentemente conectados e articulados com redes que operam na escala global.

Quadro 1
PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS DECORRENTES DA
INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA.

Período	1972 até 1995	1995 / 2008
Modelo de acumulação	Fordismo periférico	Acumulação flexível
Modelo político	Regime militar Federalismo regional	Democracia/neoliberalismo
Modelo de planejamento.	Desenvolvimentista com políticas compensatórias voltado para a substituição de exportações e integração nacional reduzir desigualdades regionais	Ausência de política industrial. Decisões políticas baseadas na democracia do mercado e na guerra fiscal
Conceitos	Pólos Região	Território
Estrutura produtiva	Produtos intermediários: Indústria petroquímica. Não ferrosos	Indústria diversificada: bens finais, maior valor agregado. Empreendimentos imobiliários: turismo e residências secundárias.
Tipo de produto	Bens intermediários	Bens de consumo final e serviços
Vantagens	Comparativas	Competitivas e construídas
Órgãos estatais de Planejamento	SUDENE	
Atratividade das empresas	Incentivos fiscais.	Benefícios da guerra fiscal.
Objetivo	Integração nacional. Correção das desigualdades.	Entrega do território. Competitividade territorial.
Recursos Humanos	Operariado	Classe média
Papel do Estado	Provedor	Estado Limpador
Fragmentação do território	Separação dos centros urbanos a partir da Poligonal.	Emancipação de Dias d'Ávila. Atualização da Poligonal. Enclaves nas zonas industriais. Enclaves nas áreas litorâneas: grandes condomínios e <i>resorts</i> . Movimento separatista em Abrantes.
Marcos importantes	Implantação: COPEC e Caraíbas Metais.	Privatizações e implantação do CAF. Pólo Borracheiro e PIC.

Fonte: Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

6. Considerações finais

Em suma, a investigação sugere que o processo de industrialização baiana resultou de políticas governamentais direcionadas à “desconcentração regional” que engendraram surtos exógenos de investimentos como a Refinaria Landulfo Alves, o Centro Industrial de Aratu, o

Complexo Petroquímico de Camaçari, o Complexo Automotivo da Ford. Entretanto, como ressaltam Teixeira e Guerra (2000), tais investimentos por serem dependentes de capitais externos associados a um forte componente estatal não foram capazes de gerar capacidade empresarial local que pudesse aproveitar as oportunidades decorrentes da implantação das empresas na região.

As principais implicações socioespaciais ocorreram na área objeto durante a segunda fase do período técnico-científico-informacional que no território nacional caracteriza-se por uma nova divisão do trabalho a partir da necessidade de se transformar minérios e produzir derivados de petróleo e concomitantemente substituir este recurso em alguns setores da circulação. Trata-se de um período, como apontam Santos e Silveira (2001), marcado pela modernização das redes de transporte e pela densificação das redes comunicacionais permitindo uma fluidez potencial do território representada pelas infraestruturas. Um período marcado pelo “subdesenvolvimento industrializado”.

A forte concentração temporal e espacial de grandes blocos de investimentos ocasionou o crescimento do desemprego na região devido ao afluxo de migrantes procedentes do interior baiano e de outros estados e ao fato de serem atividades industriais de capital intensivo que, a despeito de gerarem renda, não geram emprego. A abertura do mercado nacional expôs as deficiências competitivas da indústria local provocando o fechamento de diversas fábricas e a redução do mercado de exportação, o que reduziu a produção e aumentou o desemprego.

Atualmente ocorre o aproveitamento das oportunidades de encadeamento dos capitais externos segundo o condomínio industrial, uma lógica estratégica desenvolvida e aplicada pelas grandes montadoras que cria sérios obstáculos à participação das empresas locais ou mesmo nacionais na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

As deficiências competitivas das empresas locais devem-se aos exíguos investimentos em atividades de aprendizagem e inovação tecnológica e gerencial, resultantes do conservadorismo e aversão ao risco que caracterizam o empresariado brasileiro. Tal fato gera carência de pessoal capacitado e de criatividade, o que impede a geração de um processo virtuoso de aprendizagem e desenvolvimento.

As mudanças socioespaciais materializadas nos municípios de Camaçari e Dias d’Ávila possuem dinâmicas que decorrem de vários processos simultâneos. Primeiramente, a reestruturação produtiva deve-se à atração de investimentos externos direcionados à atividade industrial e a empreendimentos turísticos e imobiliários, ocasionando a diversificação da produção. Em segundo lugar, as empresas transnacionais se aproveitam da guerra fiscal para se instalarem nos territórios com intuito de otimizar o capital e extrair deles o máximo possível de mais-valia. A redução dos custos fixos e das barreiras à saída confere maior mobilidade às empresas que se transformam em “próteses” facilmente removíveis e transferíveis a qualquer momento e para quaisquer lugares, desde que sejam mais interessantes ao capital.

O processo de desenvolvimento econômico de Camaçari e Dias d’Ávila é marcado por surtos “espasmódicos” originados pela concentração temporal e territorial de investimentos que ocasionam maior vulnerabilidade e instabilidade nos processos ali operantes. Demarcam-se dois períodos distintos. A primeira fase (1972-1995) fundamentou-se no contexto de um modelo de planejamento desenvolvimentista voltado para a substituição de importações e nos conceitos “pólo de desenvolvimento” e “região”. Em plena ditadura militar, esta fase caracterizou-se pela centralização, pelo uso de incentivos fiscais, pela acumulação fordista e pela industrialização direcionada para a produção de bens intermediários.

Iniciada na segunda metade da década de 1990, a fase ora em curso é motivo de euforia por parte dos atores locais sendo caracterizada pelo modelo neoliberal e acumulação flexível, pela forte atuação das empresas beneficiadas pela guerra fiscal. As principais

alterações ocorridas na área referem-se a reestruturação de seu parque industrial agora voltado para bens de consumo final com maior valor agregado e por investimentos referentes às atividades de turismo e empreendimentos imobiliários concentrados na faixa litorânea. Em tal contexto, o “território usado” se firma como categoria que permite o desvelamento das lógicas decorrentes da reestruturação produtiva propalada pelos atores econômicos e políticos.

Ao contrário do que se apregoa, no neoliberalismo cresce o poder do estado-nação ao ser cooptado, refuncionalizou-se, pois são os atores governamentais que devem preparar o território para que o mesmo seja usado de maneira ótima pelo capital. Assim a política dos estados-nacionais passa a ser comandada pela política das grandes empresas transnacionais. Assim os governos promovem a entrega acelerada dos territórios ao privado removendo todas as barreiras que impeçam o fluxo do capital. Ao usar o território os atores hegemônicos legitimam suas ações por meio do poder público.

A especialização flexível é um indício de que o capitalismo constantemente se reinventa e se mantém graças aos apelos da mídia, ao planejamento territorial e à invenção de escassezes que justificam o uso do território que se torna uma mercadoria dotada de valor de troca.

Os atores hegemônicos desenvolvem estratégias que, comandadas presididas pela competitividade e pela superacumulação do capital, visam usar e controlar os territórios. Para isso as grandes empresas transnacionais articulam-se por meio de redes técnicas e de poder que obedecem às lógicas ditadas pelo modelo da especialização flexível no qual os acontecimentos hierárquicos verticalizam as ações nos lugares: o comando da parcela “política” da produção é remoto, enquanto que o controle “técnico” do trabalho é local.

Ao centralizar as ações selecionando as parcelas do território mais interessantes ao capital, os acontecimentos hierárquicos excluem ou marginalizam os subespaços não adaptáveis, além de privilegiarem as ações hegemônicas que, sob a égide da competitividade, conformam o território aos interesses impostos pela democracia de mercado.

Nos circuitos da produção das grandes empresas, os territórios são apenas recursos usados conforme estratégias competitivas. A desigualdade no uso do território depende dos interesses externos.

Os territórios tornam-se subespaços funcionalmente articulados às ações produtivas das empresas transnacionais que lhes impõem comandos exógenos e remotos emitidos pelos atores hegemônicos no intuito de promover a super-acumulação do capital mediante a super-exploração dos recursos territoriais.

As crescentes pressões sobre o território influenciam a vida econômica fazendo com que os atores políticos sacrifiquem os recursos coletivos para criar infraestruturas voltadas para as empresas ali territorializadas.

Os municípios de Camaçari Dias d’Ávila adaptaram seus territórios ao contexto competitivo considerando que as técnicas neles implantadas incrementam a divisão do trabalho por meio de objetos técnicos relacionados à produção, a fim de aumentarem a eficiência e a fluidez em determinados pontos com diferentes temporalidades. Com isso os efeitos da modernização se contrapõem aos da tradição.

Aparentemente isoladas, mas fazendo parte de um conjunto mais amplo, as formas-conteúdo alienígenas quando introduzidas em países subdesenvolvidos modificam os territórios alterando toda a estrutura sócio-econômica.

Na cidade de Camaçari, por exemplo, formas modernas introduzidas em decorrência do advento dos novos investimentos alteram a dinâmica e as estruturas socioespaciais. A Cidade do Saber, a praça central requalificada e o Novo Mercado são equipamentos que convivem com formas atrasadas e tradicionais como carroças, vendedores ambulantes, esgotos a céu aberto etc. O mesmo acontece com o espaço industrial onde as tecnologias *high tech* materializadas no Pólo Industrial de Camaçari, convivem com olarias, que fabricam

telhas com processo essencialmente artesanal. Na área litorânea, os *resorts* e os condomínios de alto luxo contrapõem-se às formas tradicionais de construção constituídas pelas moradias dos “nativos” da região bem como os de vendedores ambulantes nas praias e ao longo da Linha Verde. Outrossim, em Dias d’Ávila os contrastes também existem, mas de uma forma mais velada e com menor intensidade.

A reestruturação produtiva exprime um fato: para preservar seus territórios e seus recursos, os países desenvolvidos transferem suas atividades indesejáveis e seus problemas para os países subdesenvolvidos que elaboram programas sociais propalados pela mídia e implantados no imaginário das pessoas levando-as a acreditar no discurso do progresso, da modernização e da geração de emprego.

A mais espúria das formas de fragmentação identificada na área é aquela que decorre do acelerado crescimento populacional sem que haja uma infraestrutura capaz de atender tal demanda, provocando o surgimento de novas invasões na periferia do espaço urbano, o que evidencia a principal dinâmica territorial.

A criação e atualização, por parte do poder público, de marcos regulatórios para legitimar a ocupação e o uso do território, as “invasões de colarinho branco”, construídas pelos atores hegemônicos, ou seja, pelas grandes empresas transnacionais e elites.

Por outro lado, a legislação é aplicada, dura e implacavelmente, àqueles que usam o território para sobreviver às iniquidades impostas pelo processo civilizatório capitalista. Com isso punem-se e desalojam-se os “de baixo” despojando-os de seus territórios que são entregues aos “de cima” que os usam como mercadoria. Àqueles resta como alternativa criarem suas moradias nos arredores menos valorizados da Cidade ou do Campo até que sejam acusados pelo poder público de serem “criminosos ambientais” por terem invadido as “áreas protegidas”. Resta perguntar: “protegidas por quem?”, “protegidas para quem?”. São então expulsos com a presença da polícia e pelo uso da força, da violência e da coação.

Na realidade, o planejamento territorial tem, nas palavras de Milton Santos (2003), um único objetivo: aumentar a riqueza de alguns à custa da pobreza e miséria de muitos. Tal é a essência do processo civilizatório capitalista, uma vez que sua sobrevivência se dá graças à sua constante reinvenção e na sua incessante busca pela extração crescente da mais-valia, dos lucros. Isso implica em uma exploração e uma expropriação que são marcadas pela selvageria e perversidade, além da necessidade de se criar novas formas-conteúdo que, repletas de segundas intenções, são usadas para camuflar e escamotear uma totalidade iníqua e espúria, uma “totalidade do Diabo”.

6. Referencias Bibliográficas

- BAHIA. Secretaria de Minas e Energia. **Complexo Petroquímico de Camaçari: Plano Diretor**, São Paulo: Abril, 1974.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **PDTIS, Plano de Desenvolvimento Intregado do Turismo Sustentável: Salvador e entorno**. Salvador: Suinvest/Bahiatursa, 2004.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CATAIA, M. A alienação do território. In: Souza, M. A. (org). **Território Brasileiro: usos e abusos**. pp. 397-407. Campinas: Edições Territorial, 2003.
- HAESBAERT, Rogério (Org.). **GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**. 1 ed. NITERÓI: EDUFF, 1998, v. , p. 11-53.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. . O território em tempos de globalização. etc, espaço tempo e crítica, v. 1, p. 39-52, 2007.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **CIDADES @**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso: 28/04/2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **SIDRA**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso: 28/04/2008
- OLIVEIRA, A. **O Pólo Petroquímico de Camaçari: industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento regional**. Salvador: P555, 2006 .
- OLIVEIRA, F. J. G. “Dinâmicas metropolitanas, reestruturação produtiva e territórios”. In: Anais do XV ENG. São Paulo: AGB, 2008.
- PEREIRA, M.F.V. O território sob o Efeito Modernizador: a face perversa do desenvolvimento. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, N. 13, Set. São Paulo: Interações, 2006.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SALGUEIRO, T. B. Cidade Pós-Moderna: espaço fragmentado. In: **Território**, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 4, p.39-54, jan-jun 1998.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec. 1996.
- _____.;SILVEIRA, M. L. **O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SILVA, W. R. Fragmentação do espaço urbano de Londrina. In: **Geografia**, v. 10, n.1, (p. 5-14). Londrina: Universidade Estadual de Londrina. jan-junho, 2001. Disponível em: <http://www2.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf>. Acesso em 29/09/2008.
- SILVA, S.C.B.M.; SILVA, B-C.N.; COELHO, A.S. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos Estados Brasileiros**. João Pessoa: Editora Grafset, 2008.
- SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e Desenvolvimento. In: Castro, Correa, Gomes (orgs.) **Conceito e temas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996
- TEIXEIRA, F., GUERRA, O. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In: **Bahia: Análise & Dados**, v.10, n.1, p.87-98. Salvador: SEI, julho, 2000.